
O Movimento Sem Terra de Sumaré Espaço de Conscientização e de Luta pela Posse de Terra**

Luiz Carlos Tarelho

No final do ano de 1983, surgiu na cidade de Sumaré, situada na região de Campinas - SP, um grupo de trabalhadores que passou a se autodenominar Os Sem-Terra de Sumaré. Esse grupo, constituído de trabalhadores de origem rural, realizou duas ocupações de terra - uma em Araraquara e outra em Araras - com o objetivo de conquistar terra para produzir e poder, com isso, resolver a situação de miséria e de exclusão social na qual seus membros se encontravam. Três meses depois da primeira ocupação, que foi realizada em novembro de 1983, os trabalhadores conseguiram, em função de constante pressão política, forçar a Secretaria de Agricultura do Estado a negociar com a Fepasa o Horto Florestal de Sumaré para assentá-los. Foi o início de um movimento que sobrevive até hoje, pois a partir dessa experiência bem sucedida, outros trabalhadores que viviam em condições semelhantes, encontraram motivação para se organizar e para lutar. Com isso, surgiram outros quatro grupos, dos quais três já conquistaram terra.

A análise apresentada a seguir é fruto de uma pesquisa realizada junto aos dois primeiros grupos, durante os anos de 1985/6, e tem como objetivo principal explicar como se deu a emergência desse movimento. Antes, porém, convém ressaltar que a concepção teórico-metodológica que norteou essa pesquisa foi a de que os sujeitos das lutas sociais e as próprias lutas não podem ser entendidos em sua essência, se não forem

** Esse texto foi produzido a partir de um trabalho defendido em julho de 1988 como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, com o título: "Da consciência dos direitos à identidade social: Os Sem Terra de Sumaré"

levados em conta tanto os determinantes "histórico-materiais" (relacionados às condições econômicas, sociais e políticas) como os "psico-sociais" (relacionados à vontade e à cultura) - concepção que é defendida, entre outros, por Habermas em sua teoria sobre a evolução social¹⁸.

Expropriação, Migração e Miséria

O desemprego e a miséria foram, como eles próprios reconhecem, as razões mais fortes que levaram esses trabalhadores a lutarem por terra. Essa constatação, no entanto, que não passaria despercebida mesmo diante de olhos pouco atentos, não tem muito valor explicativo se não for analisada dentro de um quadro mais amplo que permita entender a própria origem desse desemprego e dessa miséria. E esse quadro é o das mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram no país nas últimas décadas e que já se encontra substancialmente analisado por vários autores.

Quando se busca, numa retrospectiva histórica, um momento significativo que possa ser tomado como um marco para a compreensão dos problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados nos últimos anos, o Golpe de 64 aparece em primeiro plano. Ele foi articulado pelos setores dominantes da burguesia, da aristocracia rural e dos órgãos militares para impedir, de um lado, o fortalecimento das lutas sociais (que se alastravam principalmente no campo) e, de outro, a realização de transformações que feriam os interesses desses setores, como era o caso da Reforma Agrária. Em outras palavras, ele significou a exclusão autoritária dos trabalhadores e de seus interlocutores das decisões políticas do país e tornou possível a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico altamente concentracionista e poupador de mão-de-obra. Com o Golpe, os canais de participação e de representação popular - como as associações, os sindicatos e os partidos de oposição - foram suprimidos e os trabalhadores, que já haviam conquistado um certo espaço no cenário político, foram condenados a viver no silêncio, sob forte repressão de uma ditadura militar¹⁹.

¹⁸ "HABERMAS, J. Para a reconstrução do materialismo histórico, Brasiliense, São Paulo, 1983.

Ver a respeito, entre outros: ALMEIDA, M. Hermínia T. (org). Sociedade Política no Brasil Pós-64, Brasiliense, São Paulo, 1983; MARTINS, J. de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1985; DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado, Vozes, Petrópolis, 1981.

Além de reprimir e fechar os canais de participação, o governo militar, operando no nível das representações e das imagens de mundo, procurou impor um discurso capaz de encobrir as relações de poder, o conflito e, no limite, a própria ditadura. Ou seja, ao mesmo tempo em que fechou os espaços de participação, ele tentou estabelecer um discurso tecnocrático (da competência técnica, orientada por critérios "impessoais"), no qual a política aparece não como coisa pública, mas como uma questão de gabinete, de iniciados, no qual a ação coletiva é vista como algo nocivo e recriminável, isto é, como subversão, como desordem, como terrorismo. Um discurso que valoriza o isolamento, a individualização, a privatização e que ajuda a apagar a memória das experiências de luta e a desfigurar a consciência dos direitos. Enfim, um discurso que, durante mais de uma década, combinado com práticas repressivas, ajudou a impedir o surgimento de espaços públicos, de espaços interativos, de contextos comunicativos, nos quais os trabalhadores pudessem tomar consciência da opressão, da exploração, da expropriação e da exclusão a que foram submetidos, espaços através dos quais os trabalhadores pudessem se perceber como sujeitos políticos portadores de direitos e de capacidade para alterar os rumos da sociedade²⁰.

Desse modo, fechando os canais de participação existentes, pela força, e impedindo a abertura de novos, com a imposição de um discurso encobridor e de uma normatividade castradora, os setores dominantes da sociedade, respaldados pelo governo militar, conseguiram não só evitar as transformações defendidas pela Frente Única e pelas Ligas Camponesas como **também** implementar uma política de desenvolvimento econômico altamente excludente. Uma política de desenvolvimento que propiciou a modernização tanto da indústria quanto da agricultura, mas ao custo de submeter o campesinato à expropriação, a classe trabalhadora a uma crescente pauperização e a economia a um intenso processo de internalização²¹.

²⁰Essa questão foi brilhantemente analisada por TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes - os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70**. Dissertação de mestrado apresentada ao Dep. de Ciênc. Sociais da Fac. de Filosofia, Letras e Ciênc. Humanas da USP em 1984.

²¹Ver a respeito, respectivamente: MARTINS, J. de Souza. **Expropriação e violência**, Hucitec, São Paulo, 1980 e **Os camponeses e a política no Brasil**, Vozes, Petrópolis, 1981; PAOLI, M. Célia P. M. **Desenvolvimento e marginalidade**. Pioneira, São Paulo, 1975; SILVA, Adroaldo M. da e SCHOR, Silva M. "A internacionalização da economia brasileira", in RATTNER, Henrique (org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**, Brasiliense, São Paulo. 1979, pp. 32-47.

A modernização da agricultura se deu através da substituição dos métodos tradicionais pelos industriais de produção, isto é, pela mecanização e tecnificação da lavoura, potencializando a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, liberando mão-de-obra, sem medidas preventivas. Havia, é claro, as zonas pioneiras (de expansão), onde o governo poderia ter desenvolvido projetos de colonização para assentar esses camponeses expropriados, como aliás estava previsto no Estatuto da Terra, mas, ao invés disso, a política adotada para essas áreas teve como objetivo beneficiar grandes grupos econômicos que passaram a receber subsídios e incentivos fiscais para a implantação de empresas industriais e agropecuárias nessas regiões. Com isso, o enorme contingente de camponeses liberado pela modernização da agricultura acabou desembocando nas grandes cidades. Só na década de 70, cerca de 15 milhões de pessoas migraram para as grandes cidades. Assim, em menos de três décadas, o quadro de distribuição da população, que era de 70% na zona rural e de 30% na zona urbana, inverteu-se²³. Sumaré, cidade para onde migraram os trabalhadores que deram origem ao movimento em questão, é um caso bastante ilustrativo desse quadro. O município, que em 1970 possuía 23.611 habitantes, atingiu em 1980 um total de 103.113 habitantes e caminha para os 180 mil nos cálculos atuais²³.

Essa mudança drástica no quadro de distribuição da população não ocorreu sem conseqüências sociais graves, pois a modernização da indústria, assim como a da agricultura, também se deu sob bases excludentes. Ela foi efetuada a partir de uma base tecnológica desenvolvida, poupadora de mão-de-obra²⁴. Por isso, apesar de acentuada, a expansão industrial incentivada nas últimas décadas não conseguiu absorver completamente o enorme contingente de migrantes liberado pela agricultura. Além disso, a política salarial adotada, marcada por fortes arrochos, principalmente em épocas de recessão como a do início da década, causou uma compressão progressiva do poder aquisitivo dos trabalhadores, deixando muitos deles sem conseguir satisfazer até mesmo as necessidades mais básicas.

É dentro desse quadro que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Sumaré precisa ser situado para que possa ser devidamente

²³ Conforme CENSO AGROPECUÁRIO de 1970 e 1975.

²³ Dados citados por PINTO, G., Estevo e SEGURA FILHO, A. "Rumo a uma terra nova na qual habitará a partilha e a justiça", in *Vida Pastoral*, mar/abr de 1985.

²⁴ MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*, Campinas, 1975, Tese defendida no IFCH da UNICAMP.

compreendido. Foi diante dessa situação de expropriação, de expulsão, de desemprego e de miséria - criada pelo governo militar e, agora, acentuada pelo governo da Nova República - que esses trabalhadores começaram a se perceber como excluídos, a se dar conta de que seus direitos estavam sendo desrespeitados e a tomar consciência da necessidade de lutar por esses direitos. Mas é preciso levar em conta também que essa percepção e essa consciência - despertadas em parte pela própria vivência de uma situação de exclusão e de privação - só ganhou de fato consistência e amplitude política quando esses sujeitos começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço interativo, mediatizado por um discurso crítico, que permitiu situar essa percepção e essa consciência imediatista num plano mais amplo, em que as relações de poder e os interesses políticos e econômicos dos diversos grupos e classes tornaram-se transparentes.

Da Discussão Política e dos Movimentos Reivindicatórios à Luta pela Terra

O espaço interativo mencionado acima, que contribuiu para a politização dos trabalhadores e para a emergência do movimento de luta pela terra, foi estruturado no final da década de 70 com a fundação de várias Comunidades Eclesiais de Base na região. A criação dessas Comunidades deu origem, de um lado, a um espaço onde as pessoas puderam se encontrar para discutir os seus problemas e, de outro, a uma linguagem que lhes permitiu compreender esses problemas dentro do contexto das contradições sociais produzidas por uma política de acumulação excludente.

Os problemas que primeiro ocuparam o centro das discussões realizadas nesse espaço giraram em torno da escassez de infra-estrutura na região (bairros periféricos situados entre Campinas e Sumaré), como a falta de água, luz, asfalto, ônibus etc. A partir dessas discussões, marcadas pela contestação da atuação do governo municipal e pela afirmação de direitos, surgiram vários movimentos reivindicatórios que tiveram como objetivo exigir da Prefeitura a realização desses serviços básicos.

Esses movimentos reivindicatórios, por sua vez, proporcionaram a aquisição de uma importante experiência política. Com eles, os membros dessas Comunidades aprenderam a se reunir, a fazer manifestações, passeatas, abaixo-assinados, a negociar com autoridades públicas, isto é, aprenderam a se organizar e a lutar por seus direitos. E essa experiência

política levou-os a perceberem a importância de se organizarem também a nível partidário e a fundarem, em 1982, uma base do Partido dos Trabalhadores na região para entrarem na disputa eleitoral.

Com a derrota nessa disputa eleitoral, os líderes dessas Comunidades direcionaram suas preocupações para a criação de uma Horta Comunitária. Essa Horta teve três objetivos básicos: primeiro, ser uma fonte de renda para algumas pessoas que se encontravam desempregadas; segundo, beneficiar os membros dessas Comunidades com preços mais baixos do que os de mercado; terceiro, tornar-se um elo capaz de manter essas Comunidades organizadas politicamente. Diante da dificuldade de atingir esses objetivos foi que surgiu, ainda durante o ano de 1983, a idéia de se organizar um movimento para a conquista de terra. Idéia que foi estimulada também pela multiplicação do número de conflitos pela posse de terra (especialmente nos Estados do Sul, onde surgiu o Movimento Sem Terra) e pela retomada da discussão pública e respeito da Reforma Agrária e do uso social da terra.

O movimento de luta pela posse de terra em questão surgiu, como fica claro a partir desse quadro, dentro de um contexto de lutas e de intensa atividade política. Ele nasceu dentro de um espaço, criado pelas Comunidades de Base, que tornou possível a realização de vários movimentos reivindicatórios, a estruturação do Partido dos Trabalhadores na região e a criação de uma Horta Comunitária. Um espaço interativo que permitiu o restabelecimento do processo comunicativo devolvendo a capacidade de expressão e de manifestação aos trabalhadores emudecidos pelo regime militar. Um espaço comunicativo onde se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais. Enfim, um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação.

O processo de conscientização que ocorreu dentro desse espaço interativo pode ser entendido, como procuramos mostrar no trabalho apresentado como Dissertação de Mestrado, de acordo com a tese de Rouanet, segundo a qual a falsa consciência é produzida por práticas sociais autoritárias que acarretam a contração do espaço público e pode ser superada mediante a reabertura desse espaço público e sua expansão gradual. Esse processo de falsificação da consciência, segundo Rouanet, pode ser compreendido a partir da teoria freudiana das defesas. Pois são elas que, mobilizadas por exigências sociais castradoras, acabam interferindo no trabalho da percepção, do pensamento e do imaginário, e impedindo que o indivíduo tome plena consciência da realidade que o

cerca. Esse processo ocorre em nível da linguagem pois ele é provocado basicamente pela supressão das interpretações lingüísticas consideradas nocivas para o sistema de poder e pela inculcação de outras despolitizantes; o que produz uma deformação sistemática do processo comunicativo, impedindo a tematização discursiva das normas e instituições vigentes e desqualificando os indivíduos para a prática da palavra, da política, da democracia e da cidadania. E somente a retomada da livre comunicação, que só pode ocorrer no âmbito de espaços públicos isentos de repressão, tem condições de propiciar a superação dessa falsa consciência²⁵.

Essa concepção sobre o modo como se dá a falsificação da consciência e sua superação é importante para a compreensão não só do processo de conscientização que antecedeu a emergência do movimento de luta pela terra mas também do que permeou o seu desenvolvimento.

Da Consciência dos Direitos à Identidade Social

Em geral, um movimento não se inicia quando ele se torna publicamente conhecido em consequência de atitudes que, na maior parte das vezes, tem justamente essa finalidade: chamar a atenção da opinião pública e das autoridades governamentais. Ao contrário, esse momento freqüentemente representa o estado de maturidade do movimento e é precedido por etapas preparatórias que o tornam possível. No movimento em questão, podem ser distinguidas, *grosso modo*, três etapas preparatórias: a) de formação do grupo, b) de conscientização e c) de preparação para a ação.

Segundo depoimentos das lideranças, o objetivo central perseguido na primeira etapa de formação do movimento consistiu em levar os trabalhadores a se identificarem como grupo. Como em outros movimentos sociais, também no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Sumaré, essa identidade coletiva se desenvolveu a partir da descoberta de uma carência comum, ou melhor, de um estado de carência comum, no qual a impossibilidade de acesso à terra figurava como característica principal. Essa descoberta ocorreu quando os trabalhadores começaram a perceber, através das discussões realizadas no espaço criado pelas Comunidades, que possuíam não só problemas semelhantes mas também origens semelhantes, isto é, quando começaram a se dar conta de

²⁵ ROUANET, Paulo S. *A razão cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud*, Brasiliense, São Paulo, 1985.

que, além de terem em comum o fato de estarem desempregados e vivendo sob um avançado estado de miséria, eles também compartilhavam a particularidade de serem ex-camponeses excluídos do campo. É importante sublinhar que as discussões realizadas a esse respeito foram fortemente estimuladas por algumas leituras da história do povo hebreu, o qual encontrou no resgate de sua origem e de sua terra natal uma forma de se livrar da opressão e da exploração a que estava submetido no Egito.

Em seguida, na medida em que essa situação de privação e de exclusão foi, em meio a um processo de conscientização, entendida como injusta, os trabalhadores deram um passo decisivo para a afirmação do direito de acesso à terra. Para mostrar a injustiça dessa situação, os líderes, atuando como agentes pedagógicos, utilizaram desde textos bíblicos até interpretações críticas do processo migratório e da política excludente de distribuição de rendas.

A leitura de textos bíblicos (como Gênesis, 1, 23-30) e de documentos da Igreja, como o de Itaiçi, que concebem a terra como bem natural, isto é, como uma dádiva de Deus concedida a todos os homens sem discriminação, ajudou os trabalhadores não só a definirem o acesso à terra como um direito justo e legítimo, mas também a questionarem o modelo agrário vigente e a defenderem o "uso social da terra".

Mas a afirmação desse direito de acesso à terra ganhou muito mais força na medida em que os trabalhadores - através de discussões, debates, palestras, jornais e de cursos especiais - começaram a tomar consciência de que tanto o estado de miséria a que chegaram quanto a migração para a cidade que realizaram foram determinados por uma política de desenvolvimento altamente excludente. E, considerando que direitos são bons motivos para a afirmação de identidades grupais, quanto mais clara se tornou a consciência desse direito, maior se tornou a força que já atraía os sujeitos em questão²⁶.

Além da consciência da comum situação de carência e do direito de acesso à terra, a concepção de sociabilidade que orientou todo esse processo de conscientização também foi fundamental para os trabalhadores se perceberem como grupo. Articulada num discurso político-religioso, a concepção de sociabilidade que predominou nas discussões teve como eixo

²⁶A questão dos direitos enquanto elemento identificador e mobilizador tem sido apontada por vários autores. Ver, entre outros: DURHAM, Eunice R. "Movimentos sociais: a construção da cidadania", in *Novos Estudos Cebrap*, (10): 24-30, out. de 1984; GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Vozes Petrópolis, 1987; BARSTED, Leila de A. "Legalidade e conflito social: uma análise das práticas e representações sociais sobre o direito", in: ROSA, F. A. de M. *Direito e conflito social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1981, pp. 93-110.

a valorização das iniciativas de cunho coletivo. Noções como as de "povo" e de "comunidade" bem como as de "igualdade" e de "solidariedade" tiveram um papel importante nesse sentido, pois funcionaram como parâmetros a partir dos quais a representação do "nós" ganhou força e sentido.

Outro fator importante nesse processo de afirmação de uma identidade comum foi a própria realização de ações coletivas, como as assembléias, as passeatas, as caminhadas, as ocupações, os acampamentos etc. Essas ações, apesar de terem ocorrido quando os trabalhadores já eram capazes de se afirmar e de agir como grupo, exerceram um papel fundamental nesse processo porque colocaram os trabalhadores diante de situações, como a ameaça de repressão, que os tornaram cada vez mais comprometidos e ligados afetivamente. Além disso, na medida em que provocaram reações dos agentes que estavam do outro lado da luta, como a formação da União Democrática Ruralista (UDR) e a intervenção do Estado, com seu aparato policial-militar por exemplo, essas práticas ajudaram não só a identificar esses agentes - permitindo que os trabalhadores se afirmassem em contraposição a eles -, mas também a tornar os conflitos e as relações de poder legíveis em sua essência.

Essas reações, principalmente as do Estado, mesmo sendo contrárias aos interesses dos trabalhadores, não deixaram de contribuir para a afirmação do movimento porque, no fundo, também representaram reconhecimento social. Entretanto, o reconhecimento mais importante não veio dos adversários, na forma negativa de contra-reação, mas sim dos aliados e da "sociedade", sob a forma de apoio político e material. A Igreja, o Movimento Sem Terra, o Partido dos Trabalhadores e os "grupos de apoio" desempenharam um papel decisivo nesse sentido. O apoio prestado por essas entidades foi fundamental para o movimento poder sobreviver e se afirmar politicamente. Além disso, esse apoio foi importante também para a auto-afirmação de cada um dos participantes, pois ele contribuiu para o reconhecimento das pessoas num plano público, levando-as a se auto valorizarem e a tomarem consciência da sua qualidade de sujeitos.

A Igreja, o MST e o PT não se limitaram, entretanto, a prestar apoio político e não contribuíram apenas indiretamente na afirmação da identidade do grupo. Na verdade, eles exerceram uma forte influência na afirmação dessa identidade pois participaram ativamente no processo de socialização política dos trabalhadores, impondo de certo modo as suas concepções de mundo. Daí o fato de ter se desenvolvido uma identidade meio ambígua, isto é política-religiosa.

Do Aprendizado à Luta Política

Enquanto espaços de socialização política, as Comunidades que deram origem ao movimento e, depois, o próprio movimento, permitiram aos trabalhadores não apenas a tomada de consciência de seus direitos e a afirmação de uma identidade coletiva, mas também o aprendizado prático de que a conquista dos direitos depende da luta política, da ação coletiva e, portanto, da iniciativa, da participação, da união e da organização. Esse aprendizado levou os trabalhadores a descobrirem o seu potencial de transformação e a se perceberem como sujeitos de sua própria história.

Através desse aprendizado eles descobriram que criar situações de falo, como ocupar uma propriedade improdutiva, era um modo eficaz não só de tornar públicas as suas reivindicações e demonstrar a vontade e a necessidade de possuir terra, mas também de denunciar a excessiva concentração de propriedade da terra e de obrigar o Estado a se posicionar e a intervir. Por isso, cada grupo passou pelo menos três ou quatro meses se preparando para poder tomar uma atitude como essa, que demanda muita obstinação, organização e clareza dos objetivos e das dificuldades que serão enfrentadas. Uma das preocupações mais importantes durante esse processo de preparação foi a de formar várias comissões de trabalho para dividir as responsabilidades e tornar o grupo organizado e capacitado para resolver os diversos problemas do movimento, tais como os de recursos financeiros, saúde, alimentação, relação com a imprensa, negociação com o Estado etc.

O Grupo I, composto inicialmente por 47 famílias, ao contrário dos outros que se formaram depois, não chegou a tentar uma negociação com o governo antes de realizar as ocupações mencionadas no início deste texto. Quando os trabalhadores se sentiram preparados, partiram logo para a ocupação no dia 4 de novembro de 1983, que não foi bem sucedida pois, ao invés de ocuparem a parte da Fazenda Tamoio penhorada pelo Estado, como havia sido planejado, eles ocuparam outra não penhorada e acabaram sendo afugentados pelos jagunços da Fazenda. Assim, dali partiram para outra ocupação em Araras, no Horto Florestal da Estação de Loreto, de propriedade de Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), onde havia um projeto de assentamento do governo estadual. Essa segunda ocupação também resultou em expulsão, mas serviu para ganhar força política e abrir um canal de negociação com o governo do Estado, que se viu pressionado a negociar com a Fepasa o assentamento dessas famílias no Horto Florestal de Sumaré.

O Grupo II, formado por 38 famílias, antes de ocupar 227 ha de propriedade da Fepasa abandonados há mais de 50 anos e situados na divisa de Campinas com Sumaré, dia 17 de maio de 1985, tentou por várias vezes, sem sucesso, negociar essa área com o governo do Estado. A ocupação teve como objetivo forçar o Estado a agilizar as negociações com a Fepasa, pois os trabalhadores perceberam que estava faltando determinação do governo. Dez dias depois, entretanto, os trabalhadores foram retirados do local por força policial em cumprimento a um mandado de reintegração de posse impetrado pela Fepasa. Mas, cientes da necessidade de manter o grupo coeso e mobilizado para não perdera força adquirida, os trabalhadores decidiram acampar ao lado da propriedade da qual foram expulsos, onde permaneceram quase três meses até conseguirem, em função de constante pressão, a autorização para cultivar a terra e a formulação de um documento no qual o Estado se comprometia a assentá-los num terreno maior. Essa pressão foi exercida nas audiências que conseguiram com o Incra, com a Secretaria de Agricultura e, principalmente, através das manifestações públicas realizadas: uma passeata no centro de Campinas no dia 24/06/85, outra em São Paulo no Dia do Trabalhador Rural (25/07/85) e uma ocupação da Sede da Secretaria de Agricultura no dia 07/07/85.

O Grupo III, por sua vez, constituído por mais de 100 famílias, também se utilizou da ocupação para forçar o governo a tomar decisões no sentido de atender as suas reivindicações. Esse recurso foi utilizado, tal como fez o Grupo II, depois de várias tentativas de negociação com o governo, o qual apegou-se aos argumentos de que não havia terras públicas ociosas e de que era preciso aguardar a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária, programados para entrar em vigor a partir de 1986. A ocupação ocorreu no dia 01/11/85, no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, de propriedade da Secretaria de Agricultura. A intenção não era propriamente conseguir o assentamento nessa área, mas sim obrigar o governo a encontrar uma solução. Contudo, em poucos dias os trabalhadores tiveram que desocupar o local para não serem despejados. E, para evitar então desarticulação do grupo e a perda do poder de pressão, eles decidiram acampar às margens da Rodovia Anhanguera em Campinas, no "Trevo da Bosch", de onde quase foram expulsos pela Dersa. O acampamento durou até que a pressão sobre o Estado atingiu o seu ápice com a Caminhada que o grupo realizou de Campinas a São Paulo através da Rodovia Anhanguera. Iniciada no dia 1 de março de 1986, a Caminhada durou quatro dias num percurso de 100 km e foi o passo decisivo para o grupo conseguir o assentamento, que ocorreu poucos dias depois em Porto Feliz.

Depois de mais de um ano de espera pelas providências do governo estadual e pelas medidas do Plano Regional de Reforma Agrária, sem nenhuma solução à vista, não restou outra alternativa ao Grupo IV senão a de seguir os mesmos passos dos outros grupos. No dia 02/11/87, mais de 300 famílias deslocaram-se até Promissão para ocupar a Fazendas Reunidas, que já se encontrava em processo de desapropriação. Mas, como a ocupação e as constantes reuniões com o governo não foram suficientes para a realização de um acordo, os trabalhadores resolveram repetir a atitude do Grupo III: realizaram uma Caminhada de Limeira a São Paulo. Durante a Caminhada, que durou nove dias, os trabalhadores realizaram vários atos públicos nas cidades em que pernoitaram. Quando chegaram à São Paulo, no dia 07/04/88, realizaram outro ato público que contou com a participação de várias entidades. O sucesso da Caminhada pôde ser sentido no dia seguinte, quando em reunião com o governador conseguiram cesta básica de alimentação para todas as famílias e uma parte da terra reivindicada.

Os sucessos dessas práticas coletivas adquiriram um grande valor pedagógico, ajudando a fortalecer a consciência de que a união e a organização são as principais armas na luta pela conquista dos direitos. Isso levou os trabalhadores a se manterem unidos e organizados mesmo depois de terem conquistado a terra. De que modo? Através da organização coletiva do trabalho e da posse da terra, da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré e da criação de uma Comissão Estadual de Assentados²⁷.

O desenvolvimento dessa consciência e dessa capacidade para a prática política ocorreu - é importante sublinhar para finalizar - graças à existência de um espaço público onde os trabalhadores puderam se encontrar, se comunicar e entrar em contato com interpretações que tornaram visível o caráter excludente de suas condições sociais de vida e que lhes permitiram compreender a necessidade de lutar conjuntamente para mudar essas condições.

²⁷ Para maiores detalhes, ver a Dissertação já citada no início desse texto.